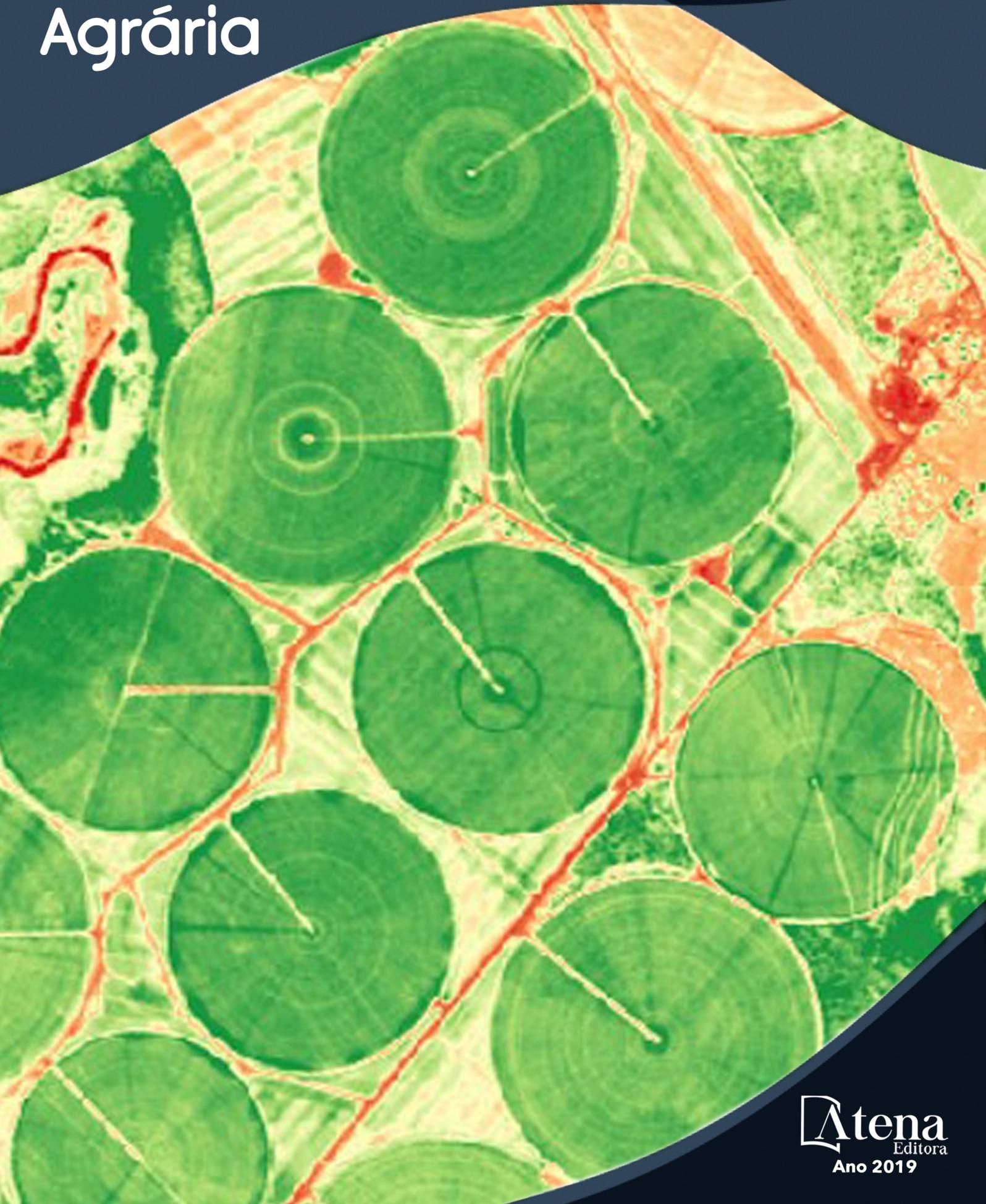


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-436-8

DOI 10.22533/at.ed.368192506

1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.

CDD 630.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie". Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
CAPÍTULO 2	17
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
CAPÍTULO 3	29
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
CAPÍTULO 4	38
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
CAPÍTULO 5	50
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
CAPÍTULO 7	75
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

CAPÍTULO 8	88
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
CAPÍTULO 9	100
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
CAPÍTULO 10	112
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
CAPÍTULO 11	129
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
CAPÍTULO 12	142
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
CAPÍTULO 13	151
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
SOBRE O ORGANIZADOR	164

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Reinaldo Pacheco dos Santos

RESUMO: As questões sobre reforma agrária e fundiária tem vindo à tona de forma mais explícita, nos últimos anos, em função do trabalho dos movimentos sociais e da maior prioridade que o governo vem conferindo ao tema. No caso do Brasil, tal questão tem refletido na alta concentração e na dificuldade de acesso à terra por grande parte das famílias de agricultores com pouca terra ou sem nenhuma terra. Contudo, a reforma agrária é relevante não apenas do ponto de vista social, para propiciar acesso à terra e melhorias de condições de vida dos trabalhadores rurais e de pequenos agricultores. Neste sentido, este trabalho objetivou conhecer a dinâmica estrutural de um assentamento no interior de Santa Maria da Boa Vista/PE, bem como, discutir sobre questões fundiárias no país, as limitações e os movimentos sociais que lutam afim de legalizar seus territórios, na busca pela sobrevivência. A metodologia utilizada baseou-se em revisões de literaturas em livros clássicos da geografia como: Umbelino (2007), Prado Jr. (2000), Accioly Borges (1984), em artigos científicos que abordam a temática em tese, além de visita em campo para compreensão na prática daquilo que é muito teorizado no debate. Sendo assim, foi possível compreender que os

problemas enfrentados hoje pelos movimentos sociais em busca de terra, ela é uma luta justa embora tenha provocado muitos conflitos no campo, causando assim, um total descontrole do governo sobre a questão fundiária, desde o início da colonização até o período atual.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios; Luta camponesa; MST; Resiliência.

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é um tanto contemporânea se comparada a origem do latifúndio e do enfrentamento pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou estímulo e avançou com a implementação das organizações políticas camponesas, a partir da década de 1950. Sem embargo, a luta pela terra é uma prática que se vincula às políticas de disputas contra o latifúndio (FERNANDES, 2006).

A desapropriação é um dos mecanismos mais utilizados quando se trata da questão fundiária no Brasil, no entanto, apesar de este mecanismo ter funcionado bem, não deve ser visto como único. Sua frequência, entretanto, deve pautar-se numa ampla reavaliação que possibilite o aprimoramento de várias distorções, que incluem os elevados custos de expropriação e o estabelecimento final do valor por meio de deliberações judiciais. Conforme

visto na afirmação anterior, “as sentenças judiciais podem aumentar em média até 50% os custos da desapropriação, quando não os elevam além desse percentual” (VEIGA, 2000, p. 38).

O Estatuto da Terra criado em 1964, define um conjunto de formas para a disponibilização de terras, a saber (Art.17, p. 03): *(a) desapropriação por interesse social; (b) doação; (c) compra e venda; (d) arrecadação de bens vagos; (e) reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; (f) herança ou legado.*

No entanto, todas as lutas em defesa da reforma agrária até o presente, têm utilizado em demasia o primeiro instrumento, ou seja, a expropriação por relevância social. Porém, não deixa de ser um instrumento hostil que, tem sido utilizado pelos movimentos sociais como sendo mais conveniente, pelo fato de que irroga de certa forma o latifundiário.

Entretanto, o resultado na prática tem sido o inverso, pois, ao invés de punir os latifundiários tem trazido benefícios. Um indicador significativo tem sido a disposição dos proprietários de terra ter suas terras desapropriadas, chegando alguns proprietários a disponibilizar suas terras ao Incra, visando obviamente, a indenização.

Com base nestes pressupostos iniciais, este trabalho vem discutir sobre a questão fundiária no Brasil, a partir do que foi visualizado na pesquisa em campo e do que foi estudado na disciplina de Geografia Agrária no Curso Superior em Geografia da Universidade de Pernambuco, bem como, acerca dos movimentos sociais que lutam incansavelmente para legalizar seus territórios, na busca ela sobrevivência digna e igualitária. Para fundamentar esse trabalho se utilizou revisões teóricas a partir de leituras em clássicos da geografia, em artigos científicos, que tratam da temática abordada, bem como, utilizou-se dos conhecimentos adquiridos na visita de campo, para compreender na prática o que é muito teorizado no debate sobre o assunto.

Mediante a realização da pesquisa pôde-se chegar à conclusão de que, é indispensável compreender que os problemas fundiários enfrentados hoje no Brasil pelos movimentos sociais em busca de terra, são resquícios de um passado ineficaz, onde as terras eram doadas desde o processo de colonização a partir das Sesmarias, das Capitâneas Hereditárias, entre outros aspectos, onde a falta de planejamento e de equidade resultou na distribuição desigual de terras para quem nela precisa trabalhar.

Por isso, ficou mais que evidenciado o valor e a importância da resistência por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a este sistema injusto e desigual. Contudo somente com a luta em defesa da equidade na repartição das terras é possível invalidar tantos conflitos e tantas barbáries no campo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na concepção de Marconi e Lakatos (2010) um artigo científico é um gênero de

estudo íntegro que disserta em essência de uma questão científica. Caracteriza-se por apresentar uma dimensão reduzida, contudo bem formulada e contundente na fundamentação teórico-metodológica.

Partindo deste pressuposto, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois envolve a observação intensiva e detalhada do que acontece no ambiente, fazendo interpretação e análise de informações utilizando descrições e narrativas. Dentre as referências utilizou-se livros clássicos da geografia e também de artigos.

Ela pode ser também considerada uma pesquisa bibliográfica, pois procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em documentos, e “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55). Nesse caso buscou-se traçar a leitura de documentos sobre a legislação (Estatuto das Terras, Lei das Terras, entre outros) que abordam sobre a temática em tese.

Ademais, configura-se como pesquisa de campo, já que esta observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, “caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 75). Nesse sentido, a pesquisa ocorreu numa comunidade com assentamentos rurais do interior Petrolina/PE, onde foi possível observar, ouvir, visualizar e analisar discursos e a história oral da comunidade, a partir da luta e dos movimentos pacíficos pela terra.

Nesse sentido, a comunidade Boqueirão, assentamento Vitória (figura 1) localizada em Santa Maria da Boa Vista (PE), município este que tem grande número de assentamentos, e em sua maioria todos estão localizados às margens do rio São Francisco.

O público alvo da pesquisa foram os pequenos produtores rurais assentados nessa área pelo Incra, para que os alunos do curso superior em Geografia pudessem compreender na prática o que foi estudado/pesquisado na teoria, visando a contextualização da realidade.

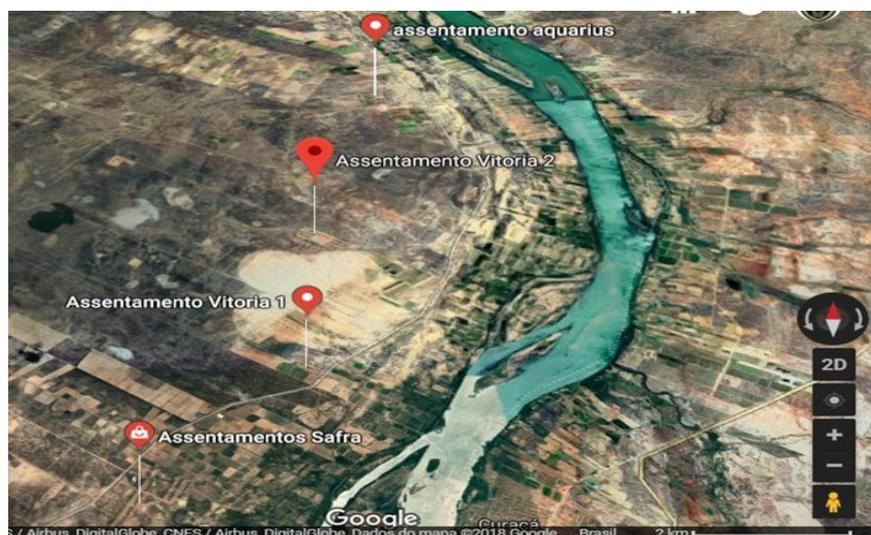


Figura 1 – Imagem Land Sat da Comunidade Boqueirão

Fonte: Google Mapes (2018)

Toda a área foi inicialmente desapropriada e posteriormente reapropriada com os pequenos camponeses. A área pertencia a grandes latifundiários que certamente deixaram-nas improdutivas por razões alheias a compreensão e que jamais imaginarem que poderiam perder seus grandes territórios para o MST.

O fundamental era que os governos desde o período militar e imperial, dessem mais atenção ao instrumento de arrecadação de terras públicas ilegalmente apropriadas por agentes privados, o que poderia ser facilitado pela existência de um cadastro confiável. Também poderia ser intensificado o confisco de terras utilizadas para usos ilegais, como a produção de drogas ou a escravização de trabalhadores (VEIGA, 2000). Além disso, as terras recebidas pelos bancos em garantia de financiamentos também deveriam ser transferidas para o programa de reforma agrária, o que poderia ser facilitado através do crédito fundiário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reforma agrária tradicionalmente apresenta-se no capitalismo como uma imprescindibilidade conjuntural de o capital resolver a questão social decorrente da centralização das terras. Contudo, “os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações” (UMBELINO, 2007, 69).

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (UMBELINO, 2007, p. 67).

Desse modo, nas sociedades capitalistas a reforma agrária tem sido feita com o objetivo de alterar a propriedade privada da terra centrada nas mãos dos latifundiários,

dividindo-a e a distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores. Só que nem sempre isso ocorre pacificamente.

O Brasil hoje possui inúmeras estimativas de crimes contra integrantes das comunidades tradicionais, como, extrativistas, indígenas, quilombolas, assentados, posseiros, e esse quadro tem atraído mortes e muita tristeza para as famílias das vítimas.

Existem estimativas recentes que mostram como tem se acirrado a barbárie no país voltada para questões de terra e território. Umbelino (2007) afirma que em pleno século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil, mas as elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento (figura 2). Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil (UMBELINO, 2007, p. 153).



Figura 2 – Estimativas da violência no campo

Fonte: CDDTB (2014)/CMPT (2018)

Se observarmos os dados da figura 2A, percebe-se que a taxa média anual é de cerca de 60 (sessenta) pessoas assassinadas em conflitos por terra, onde destes apenas 10% (dez por cento) dos casos são julgados, estando o estado do Pará liderando esta ruína. Já a figura 2B nos apresenta as estimativas de conflitos no país desde 1985 até 2016, apontando o quantitativo geral de pessoas mortas em conflitos por terras e trabalhistas, chegando ao Brasil a atingir em 40 (quarenta) anos a um número de 22.274 conflitos, resultando em incontáveis assassinatos.

É a partir de dados tão lastimáveis, que é possível compreender as todas as dificuldades que são enfrentadas nos assentamentos rurais. No caso específico do assentamento visitado no interior de Pernambuco, foi possível através da observação,

da visualização das situações existentes, e essencialmente a partir dos discursos e história oral (figura 3) da comunidade, ir desmistificando todos os estereótipos e demonstrando compreensão do significado de suas lutas e das lutas dos movimentos sociais.



Figura 3 – Conhecendo a luta pela terra a partir da história oral

Fonte: Autores (2018)

Para Accioly Borges (1984, p. 25), “a reforma agrária é necessária por ser um processo amplo, geral e massivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas”. Amplo para tentar atingir as metas em um prazo de no máximo dez anos, em uma região ou todo o país; geral para extinguir a estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso à terra e a água, tendo por base a produção camponesa; massivo para favorecer a totalidade dos camponeses sem terra, dos que dispõem de pouca terra e dos demais trabalhadores que tencionarem ter acesso à terra.

Além dessas atitudes, o mesmo autor coloca que a reforma agrária deve ser:

parte de um programa de desenvolvimento agrário e de um plano geral de desenvolvimento econômico e social; deve ser planejada, coordenada e executada em todos os seus aspectos e dotada recursos financeiros e humanos suficientes, com uma estratégia de execução participativa e descentralizada; deve mobilizar todas as forças políticas existentes – movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, instituições, entidades e organizações populares - que representam a massa dos camponeses e demais trabalhadores interessados, para participarem direta e intensamente da elaboração, implantação e gestão dos seus planos, programas e projetos; deve ser executada em cada área prioritária (território reformado) tendo como princípio fundamental os fatores sociais, políticos, econômicos, técnicos e institucionais específicos; deve incidir preferencialmente sobre as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra e nas quais existam condições favoráveis de exploração; deve criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada exclusivamente, na pequena propriedade familiar camponesa integrada e em unidades de produção de camponeses baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União (ACCIOLY BORGES, 1984, p. 26).

Porém, segundo Umbelino (2007) quando não há reforma agrária ocorrem as revoluções, onde as primeiras revoluções agrárias ocorreram na transição do feudalismo para o capitalismo. A Revolução Francesa, certamente, constituiu-se em uma grande transformação social na qual o campesinato desempenhou um importante papel. “As revoluções agrárias aparecem, pois, na História, em geral, relacionadas à reforma agrária” (UMBELINO, 2007, p. 71).

Infelizmente o MST ainda é um movimento visto com estereótipos, onde por questões culturais ou por ignorância, as pessoas atribuem ao grupo a ideia de vandalismo, de invasores, entre outros. Entretanto, Umbelino (2007, p. 72) compreende o MST como sendo “o movimento sócio territorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país”, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra.

Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno, pois, “trata-se, pois, de uma luta de expropriados (figura 4), que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente” (UMBELINO, 2007, p. 139).



Figura 4 – Residências dos assentados

Fonte: Autor (2018)

Corroborando com Umbelino (2007), Prado Júnior (2000), afirma que uma repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais constitui, portanto, a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho, e melhoria das condições de vida do trabalhador (PRADO JÚNIOR, 2000. p. 69). A imagem a seguir evidencia a melhor qualidade de vida dos assentados a partir da prática da agricultura familiar (figura 5).



Figura 5 – Agricultura familiar

Fonte: Autor (2018)

Entretanto, é importante destacar que a produção interna desses grupos só é possível porque dispõem de terra, de um rio permanente, e tecnologias de convivência com o Semiárido (figura 6).



Figura 6 – Rio São Francisco e Tecnologia de Convivência (Cisternas)

Fonte: Autor (2018)

Neste cenário, entendemos que o funcionamento da sociedade capitalista vai além dos mecanismos de produção e troca, ela precisa da reprodução da sua ideologia que se dá pelos indivíduos nela existentes, cujas finalidades “não negam as potencialidades do sistema de produção dominante” (MÉSZÁROS, 2006, p. 263).

Sendo assim, é sabido de todos que o Plano Inicial de Distribuição de Terras no Brasil ocorreu por meio do PIN (Programa de Integração Nacional), do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) e, formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar (UMBELINO, 2007, p. 125). Porém, sabe-se também

que nenhum destes instrumentos de equidade na distribuição das terras funcionou desde o início com a eficácia esperada, e por conta de a maioria das terras brasileiras estarem concentradas nas mãos de cerca de 1% (um por cento) dos latifundiários é que temos tantos problemas no campo.

Apesar de ter evoluído bastante nos últimos anos a percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar, o atraso histórico e, as elites brasileiras começaram a identificar os agricultores familiares como um grupo social distinto e, sobretudo, a reconhecê-lo como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural (VEIGA, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por décadas no Brasil houve por parte da elite fundiária a combatividade expressiva ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Sobretudo a simpatia que conquistou nas camadas médias urbanas torna quase certo que o atual compasso de assentamento de famílias rurais sem-terra será mantido, mesmo que o governo não estabeleça metas numéricas.

Mas o verdadeiro impacto desse processo só pode ser estimado pela comparação dos dados de assentamento com os dados disponíveis sobre a estrutura agrária. “Antes de tudo, pela comparação do número de famílias que têm conseguido terra com o número das que têm sido expulsas da atividade agrícola” (LEITE, 2000, p. 30). É imprescindível que o governo brasileiro faça essa reflexão e compreenda que a luta do MST é uma luta justa, digna e pacífica.

Sendo assim, a partir do trabalho foi possível compreender que os trabalhadores hoje assentados sofreram muito e lutaram muito para conseguir um lugar ao solo, porém, hoje vivem e sustentam suas famílias de maneira honesta e equilibrada, mesmo compreendendo que ainda há muito a ser conquistado, tanto de direitos a terra quanto de respeito ao movimento.

Portanto, é oportuno que todos possam conhecer a realidade dos expropriados e hoje reassentados no interior de Santa Maria da Boa Vista, para que possam ouvi-los e compreender que no Brasil não faltam terras, faltam políticas públicas eficientes e respeito ao direito de quem luta para ter terra e nela trabalhar.

Como afirma Leite (2000, p. 32), “a política fundiária não pode se resumir ao programa de assentamentos”. Mesmo que fosse possível dobrar ou triplicar o desempenho recente desse programa, seus efeitos sobre o perfil da distribuição da propriedade da terra seriam bem inferiores às expectativas. Além disso, não se pode ignorar que vão ser necessários muitos anos para que os próprios assentamentos possam revelar seu potencial dinamizador do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY BORGES, P. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, CODECRI/IBASE, 1984.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382p.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agraria no Brasil: político, econômico e social. In: LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma política agrária. In: LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382 p.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-436-8

